

QUINTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

GRAWANDO COMERCIAL LTDA

CNPJ 25.698.473/0001-35

NIRE 3120407621.3

São partes contratantes do presente instrumento de Alteração do Contrato Social, os seus signatários, a saber:

- 1) **WANDERLAN EUSTÁQUIO NOGUEIRA**, brasileiro, casado, regime parcial de bens, comerciante, C.I. nº. M1.155.577, CPF/MF 253.486.126-34, residente e domiciliado nesta capital, na Rua Gilka Machado, nº. 11, casa A, bairro Santa Maria, Cep: 30525-090 ;
- 2) **NILZA APARECIDA MAIA**, brasileira, casada, regime parcial de bens, comerciante, C.I. nº. M1.146.652, CPF/MF 276.142.556-15, residente e domiciliada nesta capital, na Rua Gilka Machado, nº. 11, casa A, bairro Santa Maria, Cep: 30525-090;
- 3) **FERNANDO FERNANDES FONSECA**, brasileiro, casado, regime parcial de bens, comerciante, CI nº M-3.149.053, CPF / MF 584.222.776-20, residente e domiciliado nesta capital na Rua Conde Prados, nº. 183/102 , bairro Padre Eustáquio, Cep: 30720-150

Únicos sócios quotistas da Sociedade **GRAWANDO COMERCIAL LTDA - ME**, com sede em Belo Horizonte/ MG, na Rua Gilka Machado, nº. 11, bairro Santa Maria, Cep: 30525-090, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob NIRE 3120407621.3 e demais alterações arquivadas, têm entre si justo e pactuado, **POR UNANIMIDADE**, a presente Alteração Contratual, nos termos e condições seguintes:

1-DA CESSÃO DE QUOTAS:

Admite-se na sociedade o sócio:

1) FATIMA APARECIDA BASTOS, brasileira, casada, comunhão universal de Bens, comerciante, residente e domiciliada em USA – a Avenida Islewood, nr 3363, na cidade de Weston, Estado da Florida, portadora do CPF 541.116.176-20 passaporte Nr CV 375169, expedido em 22/03/2007, portadora da carteira de identidade M-1.641.046 – SSP/MG em 18/09/1978.

Neste ato o sócio **WANDERLAN EUSTÁQUIO NOGUEIRA**, cede a sócia ora admitido o total de 49 (cinquenta) quotas de sua participação na sociedade, e a sócia **NILZA APARECIDA MAIA**, cede a sócia ora admitida o total de 1 (hum) quota de sua participação na sociedade que fica assim composta:

FATIMA APARECIDA BASTOS	50 quotas	RS 7.500,00
FERNANDO FERNANDES FONSECA	50 quotas	RS 7.500,00
TOTAL		RS15.000,00

Parágrafo Único

WANDERLAN EUSTÁQUIO NOGUEIRA, NILZA APARECIDA MAIA, concordam expressamente com a cessão e transferência das cotas para a nova sócia admitida. Com isto, renuncia ao uso do seu direito de preferência na aquisição daquelas quotas, dispensando a notificação prevista no contrato social da sociedade para tal exercício, dando plena e quitação, nada tendo a reclamar em qualquer tempo e hora.

2- CONSOLIDAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS:

Deliberam os sócios adaptarem o Contrato Social às novas exigências da Lei nº. 10.406/2002, bem como às modificações constantes deste Instrumento, o qual fica consolidado com a seguinte redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E DURAÇÃO:

- 1.1 – A Sociedade gira sob a denominação social de **GRAWANDO COMERCIAL LTDA - ME**, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Gilka Machado, nº. 11, bairro Santa Maria, Cep: 30525-090.
- 1.2 – Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Minas Gerais, para dirimir as possíveis questões oriundas do presente contrato, com renúncia expressa a qualquer outro que tenham ou venham a ter partes, por mais privilegiado que seja.
- 1.3 – A Sociedade, cujas atividades tiveram início em 01 de fevereiro de 1993, terá duração por prazo indeterminado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO SOCIAL:

O objeto social compreende os serviços, de, encadernação, pautação, douração, impressão, plastificação, corte e execução de outros serviços gráficos:

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CAPITAL SOCIAL:

3.1 – O capital Social é de R\$15.000,00 (quinze mil reais), dividido em 100 (cem) quotas, no valor nominal de R\$150,00 (cento e cinquenta reais) cada, distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

FATIMA APARECIDA BASTOS.....	50 quotas R\$ 7.500,00
FERNANDO FERNANDES FONSECA.....	50 quotas R\$ 7.500,00
TOTAL	RS15.000,00

CLÁUSULA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS:

4.1 – A responsabilidade de cada sócio, durante o período de seu funcionamento ou em fase de liquidação, será restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DOS SÓCIOS:

5.1 – As deliberações sociais serão tomadas em reunião, por maioria de votos, contados segundo o número de quotas de cada um, ressalvadas as previsões do artigo 1.076 e parágrafos, da Lei nº. 10.406/2002.

CLÁUSULA SEXTA – DA ADMINISTRAÇÃO E RETIRADA PRO-LABORE:

6.1 – A administração da Sociedade será exercida isoladamente pelo sócio **FERNANDO FERNANDES FONSECA**, cabendo a este a representação ativa e passiva, judicial ou extrajudicial da sociedade, com plenos direitos e poderes de administração e gestão dos negócios sociais.

6.2 – O uso da denominação social caberá a todos os administradores que o farão em conjunto ou separadamente.

6.3 – O sócio, quando necessário, outorgarão poderes através de procurações, por instrumento particular ou público, com fins específicos e por prazo determinado, salvo para advogados com a finalidade de representar a sociedade em juízo ou fora dela.

6.4 – É vedado o uso da denominação social em negócios estranhos ao objeto social da Sociedade, principalmente em favor de terceiros, tais como fianças, abonos ou saques de favor, comprometendo-se, os sócios, a reservarem seus avais pessoais em benefício das sociedades de que fazem parte.

6.5 – O administrador, que desde já ficam dispensados de prestarem caução, terão **principalmente as funções inerentes à denominação do cargo de cada um**, podendo ~~suprir o eventual impedimento do outro~~, independentemente de qualquer formalidade.

6.6 – O administrador terão direito a uma retirada mensal a título de “*pró-labore*”, de comum acordo fixado em reunião com todos os quotistas da sociedade, nunca inferior ao salário mínimo vigente no País, quando será lavrada a competente ata.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CESSÕES DE QUOTAS:

7.1 – Os sócios, bem como seus herdeiros e/ou sucessores, poderão retirar-se da sociedade, transferindo suas quotas, a título oneroso ou gratuito, a qualquer pessoa, garantindo o direito de preferência dos sócios remanescentes na aquisição das quotas e aprovação da inclusão de terceiros na sociedade.

7.2 – as quotas são intransferíveis sem o expresse consentimento dos demais quotistas, os quais, na proporção das que já possuírem terá preferência na sua aquisição. Não havendo comum acordo para fixação do valor das quotas e do prazo para seu pagamento, proceder-se-á de forma prevista na cláusula seguinte.

7.3 – Salvo comum acordo contrário, as quotas deverão ser liquidadas e pagas de forma abaixo seguinte:

7.3.1 – Feita a comunicação pelo sócio que pretende retirar-se da sociedade, mediante notificação aos demais sócios, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, será feito um balanço patrimonial geral da sociedade, que poderá ser acompanhado por todos os interessados.

7.3.2 – Elaborado o balanço, será todo o patrimônio líquido avaliado de forma idônea. Calculado o patrimônio líquido, será conhecido o valor de cada quota.

7.3.3 – A forma de pagamento das quotas será pactuada conforme convenção entre as partes.

CLÁUSULA OITAVA – DO FALECIMENTO E EXCLUSÃO DOS SÓCIOS:

8.1 – O falecimento de qualquer dos sócios quotistas não será motivo de extinção da sociedade, que poderá continuar existindo com seus sucessores, os quais nomearão um único representante perante a sociedade.

8.2 – Para identificação do representante dos sucessores do sócio falecido na sociedade, estes deverão apresentar aos sócios remanescentes uma lista tríplice na qual terão direito à escolha de um dos nomes apresentados, não podendo impugnar a todos eles. Esse representante dos sucessores não terá direito ao exercício de qualquer cargo na administração, sequer poderá usar a denominação social, a não ser que já tivesse, por outra razão, investido nesses direitos.

8.3 – Caso não seja de interesse dos sócios remanescentes a continuação, na sociedade, dos sucessores do sócio falecido, poderão estes ser excluídos da sociedade, mediante a liquidação de suas quotas, de acordo com o previsto na cláusula 7.3.

8.4 – A dissensão entre os quotistas não será motivo para dissolução da sociedade, sendo que o sócio que dissentiu terá o direito de retirar-se da sociedade, nos trinta dias subsequentes à reunião, devendo sua quota ser liquidada na forma prevista na cláusula 7.3 e dando-lhes fiança e/ou garantia idônea.

8.5 – A falência ou o estado de notória insolvência, a interdição de qualquer quotista ou qualquer conduta desonrosa contra a sociedade ou seus quotistas, serão justos motivos para exclusão da sociedade, seus haveres serão apurados conforme disposto na cláusula 7.3. Na recusa do recebimento pelo sócio excluído, será o preço consignado em juízo.

CLÁUSULA NONA – DO EXERCÍCIO SOCIAL E DOS RESULTADOS:

9.1 – O Exercício Social coincidirá com o ano civil, ao fim do qual deverá ser levantado o Balanço Geral, dentro das prescrições legais e técnicas, devendo ser promovidas as reavaliações, provisões e depreciações adequadas.

9.2 – Os resultados apurados serão atribuídos ou suportados pelos sócios, na proporção de suas quotas e a destinação do lucro dependerá de determinação ou aprovação de todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

10.1 – Esta sociedade será regida pelas disposições legais aplicáveis às sociedades limitadas, previstas no Capítulo IV da Lei 10.406, de 10.01.2002, e supletivamente, pelas **normas aplicáveis** às sociedades anônimas.

10.2 – Os sócios declaram, expressamente, que não se acham incurso nas proibições de arquivamento e exercício de atividades mercantis, previstas no artigo 35 da Lei Federal nº. 8.934/94, no artigo 34 do Decreto nº. 1.800, bem como seus administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 1.011, da Lei 10.406, de 10/01/2002.

Por estarem justas e contradições, firmam e assinam e presumo contrato, em 03 (três) vias de igual teor e valor, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

Belo Horizonte, 06 de fevereiro de 2009.

Nilza Aparecida Maia
NILZA APARECIDA MAIA - CEDENTE

Wanderlan Rostaquio Nogueira
WANDERLAN ROSTAQUIO NOGUEIRA - CEDENTE

Fátima Bastos
FATIMA APARECIDA BASTOS - CESSIONARIO

Fernando Fernandes Fonseca
FERNANDO FERNANDES FONSECA - CESSIONÁRIO

TESTEMUNHAS:

Helene Gomes Porto Soares

NOME:

CPF: 036.900.45

Maria Pereira Cruzeta Silva

NOME:

CPF: 177.166.910.00

Before me Fátima Bastos who presented
Helder Duenas Lima as CEO. Her
18 of February 2009.

Helen M. Gloria
HELEN M. GLORIA
Notary Public - State of Florida
My Comm. Expires Aug 24, 2010
Committee # 00 00000

40060-57

PROTOCOL: 09/724.302-7

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICADO DE REGISTRO SOB O N.º 4274646
EM 07/01/2010
ACRAT LINDO COMERCIAL LTDA-ME

JUCEMG